

# A CONTRIBUIÇÃO DAS MISSÕES DE PAZ PARA A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

Major Anderson Félix Geraldo  
Capitão Victor Manoel Arruda do Nascimento  
Capitão João Maurício Dias Lopes Valdetaro  
Capitão Ronald Felipe de Paula Santana  
1º Sargento Carlos Eduardo Hanriot da Silva

O Major de Engenharia Félix é instrutor no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – CCOPAB e foi declarado aspirante a oficial, em 2002, pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (andsfg80@gmail.com).

O Capitão de Cavalaria Arruda é instrutor no CCOPAB e foi declarado aspirante a oficial, em 2007, pela AMAN (arrudacav2007@hotmail.com).

O Capitão de Engenharia Valdetaro é instrutor no CCOPAB e foi declarado aspirante a oficial, em 2007, pela AMAN (valdetaro.joao@eb.mil.br).

O Capitão de Engenharia De Paula é instrutor no CCOPAB e foi declarado aspirante a oficial, em 2012, pela AMAN (ronaldsantana88@hotmail.com).

O 1º Sargento de Cavalaria Eduardo é monitor no CCOPAB e foi promovido à graduação de terceiro-sargento, em 2004, pela Escola de Sargentos das Armas - ESA (carloshanriot@bol.com).



A participação do Brasil nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) está marcada, historicamente, por momentos específicos e de elevado engajamento militar. Diferente de países que, tradicionalmente, figuram na lista dos maiores colaboradores com tropa, o Estado brasileiro contribui de forma estratégica e seletiva para a manutenção da paz e segurança internacional desde o final da década de 1940 (HAMANN, 2015).

Inicialmente, quando os primeiros contingentes de tropa brasileira foram desdobrados para o emprego em missões fora do país, coube a cada contingente a sua preparação. Posteriormente, a 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) ficou encarregada de planejar esses treinamentos e adestramentos. No ano de 2001, foi criado, na Divisão de Missão de Paz do Comando de Operações Terrestres (COTER), o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), com a missão de orientar o preparo de todos

os militares brasileiros designados para integrarem missões de paz (CCOPAB, 2020).

No início do século XXI, as Forças Armadas brasileiras, particularmente, o Exército Brasileiro (EB) daria início a sua maior participação nas operações de paz da ONU, com a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (*MINUSTAH*, na sigla em francês). Por esse motivo, houve a necessidade de centralizar o preparo de contingentes, sendo criado por meio da Portaria nº 090-Cmt Ex, de 23 de fevereiro de 2005, o Centro de Instrução de Operações de Paz - CIOpPaz (CCOPAB, 2020).

Em 2010, segundo Teixeira (2017, p.26) por meio da Portaria nº 952, de 15 de junho, do Ministério da Defesa (MD), o CIOpPaz passou a ser denominado Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Até então, inexistia um centro integrado de treinamento das Forças Armadas que preparasse militares, policiais e civis para atuarem nas Operações de Paz da ONU e na desminagem humanitária.

A criação do CCOPAB permitiu a consolidação do preparo de contingentes (valor batalhão e companhia) e de missões individuais (observador militar, oficial de estado-maior e policial da ONU). Possibilitou, também, a melhoria dos processos de treinamento com maior ênfase para a abordagem “azul” (doutrina ONU) em complemento à abordagem “verde” (doutrina militar). Inicialmente, os militares brasileiros tiveram que adaptar suas táticas, técnicas e procedimentos (TTP) à abordagem azul, diante do espectro de não guerra. Dessa maneira, alguns ensinamentos e as melhores práticas colhidas nas operações de paz acabaram por aperfeiçoar e inovar a Doutrina Militar Terrestre (DMT) brasileira.

Frutos dessas conquistas, a DMT se beneficiou dos resultados obtidos com o treinamento e adestramento realizados pelo CCOPAB. Face a isso, algumas dessas contribuições serão apresentadas neste artigo.

## AS CONTRIBUIÇÕES DAS OPERAÇÕES DE PAZ PARA A DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

O Brasil vem participando, tradicionalmente, das operações de paz da ONU, com isso, desenvolve novas formas de assistência aos esforços coletivos para a manutenção da paz e da segurança internacional. Assim, tem aperfeiçoado o sistema de preparação de tropa e, sobretudo, a sua doutrina, criando novas oportunidades, diversificando sua participação nos diversos tipos de operações e produzindo reflexos na doutrina de:

➤ **operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)** - o manual de GLO do EB considera como operação de GLO qualquer operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tenha por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem (BRASIL, 2018a).

Para que tal cenário se concretize, de acordo com Garcia (2009, p. 54), esse pedido deve ser formalizado, pelos governadores dos Estados ou do Distrito Federal, ao Presidente da República ou ainda, em situações pontuais, onde a coerção estatal deva assumir proporções extremas. A Forças Armadas poderão atuar na ordem interna, em situações pontuais, mesmo em situações de normalidade institucional.

Nesse contexto, as tarefas operacionais realizadas pela força de paz, elencadas no manual de Operações de Paz do MD, foram aplicadas em maior ou menor número na *MINUSTAH*. Essas mesmas tarefas são

praticadas pela Força Terrestre brasileira em uma operação de GLO. Dessa forma, verifica-se que a participação nas missões de paz é de grande relevância porque, assim como na GLO, ela também é regida por uma base legal que ampara suas ações.

Em comum com as operações de paz, a atuação da Força Terrestre em operações de GLO tem demandado o emprego de tropas em áreas urbanas. Tais participações, apresentaram, ainda, características de operações de guerra, tais como: complexidade do planejamento, emprego de manobras ofensivas e, principalmente, letalidade do armamento utilizado pelas facções no Haiti e pelos agentes perturbadores da ordem pública (SILVA, 2020).

A participação brasileira nas operações de paz também demonstrou a necessidade de adequação da doutrina, de modo a preparar a tropa para atuar em combate urbano, em situação de guerra e não guerra, uma vez que as forças de operações de paz atuam com imparcialidade, visando o cumprimento do mandato. Nesse tipo de atuação, não existem inimigos, e sim atores do conflito. No entanto, sem negligenciar a hipótese de que a situação possa evoluir e, em consequência, haja a necessidade de entrar em combate, o planejador leva em consideração os princípios orientadores das operações militares, como forma de nortear o planejamento das ações (BRASIL, 2013).

Assim, segundo Miranda (2017, p. 57), as lições aprendidas durante a *MINUSTAH* estão reunidas no CCOPAB, em notas de instrução, na experiência de seus instrutores e monitores como subsídios úteis para outras missões de paz ou para operações de GLO.

Dessa maneira, para Mendonça (2017, p. 60), a pacificação do Haiti e seus aspectos ligados à área judicial, criminal e de direitos humanos, dentro do uso adequado da força, trouxeram importantes ensinamentos que aperfeiçoaram a forma de atuação do EB, inclusive em ações de GLO, afirmando que a pacificação do Haiti mudou a conduta em ações urbanas do EB.

Assim, as missões de paz, no que se refere às operações de GLO, contribuíram para a evolução da DMT brasileira, especializada em conflitos dessa natureza.

➤ **operação de Coordenação Civil-Militar (CIMIC)** – o Estágio de Coordenação Civil-Militar (Estg CIMIC), conduzido pelo CCOPAB, foi criado para atender as demandas objetivas e empíricas de capacitação de pessoal para a *MINUSTAH*. Apesar de não se caracterizar como uma capacidade orgânica das unidades do EB, a coordenação civil-militar é encarada como uma das capacidades previstas na composição das unidades desdobradas no Haiti (VALDETARO, 2017).

Diante da ausência de uma doutrina nacional e de treinamento específico, juntamente com a necessidade de adaptar essa capacidade para o contexto das operações de paz da ONU, particularmente, a *MINUSTAH*, o Estg CIMIC foi criado para preencher parte dessa lacuna. A base teórica do Estg CIMIC é fundamentada nos *Specialized Training Materials (STM)*, na sigla em

inglês) para a coordenação civil-militar das Nações Unidas, cujo foco é apresentar diretrizes gerais, princípios e dinâmicas do *UN-CIMIC* nos níveis operacional e tático (VALDETARO, 2017).

O Departamento de Operações de Paz da ONU (*DPO*, na sigla em inglês), não define como os países contribuintes de tropa devem conduzir suas responsabilidades durante as missões de paz. Isso significa que raramente as diretrizes oficiais da ONU, incluindo os STM, especificam como e quais TTP devem ser empregadas nas operações (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Para preencher essa lacuna, o CCOPAB adotou uma abordagem dupla:

- inicialmente, adicionou ao currículo do Estágio as TTP básicas para a condução das atividades CIMIC, como negociação, interação com a mídia, utilização de intérpretes, entre outras; e

- depois, as experiências obtidas empiricamente no Haiti foram incluídas no programa escolar por meio de palestras, de lições aprendidas, trocas de experiência e estudos de caso.



Fig. 1 – Militares brasileiros em operações de paz.

Paralelamente, buscou-se uma aproximação com centros de referência na condução de atividades de CIMIC, tais como:

- o próprio *DPO*;
- o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (*UN OCHA*, na sigla em inglês);
- o Centro de Excelência para Cooperação Civil-Militar da OTAN (*CCOE*, na sigla em inglês); e
- a 77ª Brigada do Exército Britânico, entre outros.

A procura por essas referências mais sólidas em relação ao empirismo anterior incentivou a reflexão sobre a validade e a eficácia das atividades desempenhadas pelas tropas brasileiras no Haiti.

Em 2017, foi aprovado o manual de campanha EB70-MC-10.221 Cooperação Civil-Militar com o objetivo de apresentar a doutrina do EB para o emprego das ações de cooperação civil-militar nas operações militares. A amplitude da operação, o ambiente operacional e a natureza da tropa envolvida foram características detalhadas no manual. Dentre outros aspectos, ele orienta o dimensionamento e a adequação dos princípios, das estruturas e das funcionalidades.

Isso posto, apesar do desenvolvimento doutrinário no tocante a CIMIC (cooperação), existe a necessidade de difusão do conceito de forma transversal, como um assunto comum para todo soldado, evitando distorções. Essas distorções e a aplicação indevida da cooperação civil-militar podem causar danos para a população civil, criar dependência na força e prejudicar o processo de construção de confiança.

➤ **projeção de força** – para o EB, as missões de paz podem ser consideradas não só como instrumentos para o emprego da DMT

atual, mas também como forma de aperfeiçoá-la, uma vez que se empregam as diversas funções de combate, apontando as melhores práticas e oportunidades de melhoria.

Segundo a DMT, as missões de paz representam uma forma de projeção de poder, pois se desenvolvem por meio da participação militar no exterior, em situações que possibilitem a projeção internacional ao país, provenientes de acordos externos, apoiando interesses nacionais relacionados com a manutenção da paz internacional (BRASIL, 2019).

Da análise do conceito de projeção de força, vemos que “é a capacidade de empregar o poder militar em um determinado lugar fora do território nacional, com oportunidade, para levar a efeito uma operação militar em defesa dos interesses nacionais” (BRASIL, 2019).

Os fundamentos da DMT, ainda deixa claro como se deve organizar as tropas para emprego fora do território nacional, com vistas à projeção de força:

isto implica na criação de uma força expedicionária sustentável, para durar na ação por um período prolongado. A operação, geralmente, tem um caráter conjunto e frequentemente ocorre em um ambiente multinacional (combinado) sob a responsabilidade de um comandante operacional (BRASIL, 2019, p. 5-9).

Considerando a *MINUSTAH*, vê-se que as tropas brasileiras empregadas no Haiti eram sustentáveis e ao longo do tempo, incrementaram a capacidade de durar na ação por um período prolongado. O caráter conjunto foi mantido, bem como o ambiente combinado ao considerar o emprego junto às nações amigas. Ainda, verificou-se a existência de um comandante operacional, na figura do

## **O Brasil vem participando, tradicionalmente, das operações de paz da ONU, com isso, desenvolve novas formas de assistência aos esforços coletivos para a manutenção da paz e da segurança internacional.**

*Force Commander*, função desempenhada por um oficial general brasileiro ao longo dos mais de 10 anos de missão.

O manual de fundamentos, DMT - EB20-MF-10.102, destaca que, em função do caráter conjunto-combinado das missões de paz, existe a evidente necessidade de padronizações e de adestramentos com as demais forças singulares e com as nações amigas. Nesse caso, deve ser dedicada atenção especial às funções de combate comando e controle (C<sup>2</sup>) e logística, às TTP e à doutrina.

Nesse cenário, cabe destacar o desempenho brasileiro no Haiti após a passagem do furacão *Mathew* em 2016. Três dias antes do furacão tocar o solo haitiano, foram iniciados os preparativos para a proteção das bases e ao mesmo tempo, a preparação dos meios a serem desdobrados para o local que seria mais atingido. Um dia antes da catástrofe, o Batalhão de Infantaria de Força da Paz (*BRABAT*, na sigla em inglês) e a Companhia de Engenharia de Força de Paz (*BRAENGCOY*, na sigla em inglês) já estavam em posição para prestar apoio à população local. Essas unidades possuíam uma grande capacidade de comando e controle e material suficiente para se manter naquele ponto remoto do país por mais de 15 dias sem ressuprimento. Além disso, as tropas se mostraram eficientes no emprego com as nações amigas em todas as operações que sucederam ao furacão.

Dessa forma, as missões de paz contribuíram para a projeção da Força Terrestre no cenário internacional, fortalecendo o protagonismo do Brasil no sistema ONU e na comunidade internacional. Além disso, viabilizou o adestramento militar o mais próximo que se tem da realidade de um combate, confirmando os fundamentos doutrinários.

➤ **mecanização da infantaria motorizada e modernização da cavalaria mecanizada** – O Brasil, ao integrar a *MINUSTAH*, tinha como objetivo principal a resolução do conflito interno, a restauração da paz duradoura e a implantação de um ambiente

estável e seguro. Essa estabilidade visava permitir e proporcionar meios para que o próprio país pudesse fomentar seu desenvolvimento político e econômico e também promover sua paz social (PEIXOTO, 2009). Sendo assim, o contingente brasileiro era responsável pela área de operações localizada na cidade de Porto Príncipe, área essa urbanizada e com elevada densidade demográfica.

Com isso, verificou-se, ao longo de 13 anos, que o ambiente operacional se constituiu em um verdadeiro laboratório para experimentação doutrinária de emprego de tropa em ambiente urbano, o que permitiu serem colhidos ensinamentos variados que se traduziram no aperfeiçoamento da DMT, na melhoria dos materiais de emprego militar, dentre outros. Pode-se dizer, ainda, que o emprego de tropas brasileiras na *MINUSTAH* contribuiu, em parte, para a transformação do EB.

O *BRABAT* possuía algumas particularidades em sua organização, com o intuito de se adaptar ao ambiente e cumprir sua missão de forma eficiente e eficaz.

Segundo Peixoto (2009, p. 56),

o BIFPaz possui uma constituição diferenciada dos demais batalhões brasileiros em função de seu emprego operacional específico em ambiente urbano, com foco em manutenção da paz. Dessa forma, é composto por quatro subunidades operacionais e uma subunidade de apoio administrativo, além do efetivo da Marinha do Brasil.

Das quatro subunidades operacionais, três são da arma de Infantaria, denominadas companhias de fuzileiros de força de paz (Cia Fuz F Paz), e uma é da arma de Cavalaria, denominada Esquadrão de Fuzileiros Mecanizado de Força de Paz (Esqd Fuz Mec F Paz).

A rotina das frações da Cavalaria no ambiente operacional haitiano apresenta características distintas da doutrina convencional, bem como diferenças quanto à dotação de seus meios. Com isso, é notório o peculiar emprego do Esqd Fuz Mec, o que propicia oportunidades para o aperfeiçoamento e estudo do planejamento e da utilização de blindados em operações urbanas.



Fig. 2 – Batalhão de Infantaria de Força de Paz da *MINUSTAH*.

Ademais, o processo de transformação do Exército teve sua origem no diagnóstico de que o EB não dispunha de capacidades compatíveis com a rápida evolução da estatura política-estratégica do Brasil (BRASIL, 2012). Dentro do sistema de planejamento do EB, de acordo com Peri (2013), estudos e análises posteriores indicaram a oportunidade de organizar em projetos indutores do processo de transformação da Força, com a criação do Escritório de Projetos do Exército e a estruturação de sete projetos estratégicos, dentre os quais pode-se ressaltar o Projeto Guarani.

O Projeto Guarani é um dos grandes eixos norteadores do processo de transformação do EB. A nova família de viaturas blindadas sobre rodas fornece mais capacidade operacional e dissuasória para a Força Terrestre. Essas viaturas são produtos que, além de incentivar o desenvolvimento tecnológico do país e incrementar a indústria nacional de defesa, já atestaram sua qualidade em diversas ocasiões, como:

- nas operações Ágata, realizadas na faixa de fronteira;
- a Operação São Francisco, Op GLO realizada no Complexo da Maré; e
- nos grandes eventos, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas Rio 2016.

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada até o ano de 2040. Ainda, busca ampliar a projeção do EB no cenário internacional, aumentar a capacidade de projeção de poder e preparar

forças dotadas com blindados modernos para atuarem em missões de paz (BRASIL, 2020). A primeira viatura desenvolvida foi a viatura blindada de transporte de pessoal - média sobre rodas 6x6 Guarani (VBTP-MR, 6x6, Guarani), possibilitando a substituição das VBTP Urutu, fabricadas pela ENGESA e em uso há mais de 40 anos.

Nesse contexto, as reduzidas possibilidades da infantaria motorizada nos conflitos modernos não deixam dúvidas quanto à necessidade de profundas transformações nesse tipo de tropa. As exigências de proteção mínima para o combatente moderno, mais do que reduzir perdas em vidas humanas durante a condução das ações, permitirão maior efetividade das ações e aptidão para o cumprimento de uma variada gama de missões táticas (DEFESANET, 2015).

O emprego pelas tropas brasileiras da VBTP Urutu na *MINUSTAH*, com toda a limitação causada pela idade das viaturas e pela falta de tecnologias mais avançadas incorporadas, demonstrou a importância da viatura blindada em operações desenvolvidas em áreas humanizadas. Entretanto, constitui-se apenas parte da versatilidade que será oferecida pelos novos meios. A mecanização da infantaria motorizada e a modernização da cavalaria mecanizada deverão resultar em um novo tipo de tropa capaz de atuar em operações ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais, simultânea ou sucessivamente, em situações de guerra e de não guerra, e com elevada capacidade para emprego em operações conjuntas e interagências (DEFESANET, 2015).

Portanto, o processo de transformação do EB motivado, em parte, pela participação do Brasil na *MINUSTAH* e utilizando de valiosos ensinamentos colhidos durante essa missão permitiu a formação de tropas mais preparadas, dotadas de meios de emprego militar modernos e com efetiva capacidade de pronta resposta. Esse aperfeiçoamento se deu por meio de seus programas estratégicos, em particular o Guarani, e possibilitou a atuação como força expedicionária, onde se fez necessário, respaldando a política externa do país.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da Força Terrestre em missões de paz permite a evolução da DMT pelo intercâmbio com outros exércitos de nações amigas. Além disso, possibilita o aprendizado por meio da vivência do militar brasileiro frente às novas experiências e aos novos desafios operacionais que, muitas vezes, não são ensinados nos bancos escolares ou nos manuais.

Ao retornar das missões de paz, muitos militares, principalmente, os que ocuparam funções de comando perceberam a necessidade de mudança na DMT devido às oportunidades de melhoria verificadas. Tais militares vislumbraram a importância na preparação da Força Terrestre para as novas ameaças que se apresentavam, em um ambiente cada vez mais volátil, ambíguo, complexo e incerto. Em decorrência da participação do Brasil no Haiti, foi produzido um vasto material de apoio pelos militares que participaram da missão e pela comunidade acadêmica. Essas publicações permitiram uma melhor análise da DMT vigente, as quais iam ao encontro com a estatura política do Brasil no contexto internacional.

Dessa maneira, o EB, por meio dos seus projetos estratégicos, buscou-se transformar com o objetivo de estar apto para fazer frente às ameaças do século XXI, tendo como base

as experiências obtidas com a participação nas missões de paz. Algumas transformações foram apresentadas neste artigo, entretanto houve outras contribuições em maior ou menor número.

Cabe salientar que as mudanças só são possíveis quando a doutrina é testada na prática, mesmo que em situações de não guerra. Por isso, a importância e a relevância das missões de paz que, apesar de não serem consideradas operações de guerra, permitem colocar em prática as TTP e, assim, colher ensinamentos e melhores práticas para a retroalimentação e para o aperfeiçoamento do sistema de doutrina.

Nesse aspecto, verificou-se a importância da tropa mecanizada no combate urbano, para promover a proteção blindada para a tropa de infantaria, bem como a importância de se desenvolver uma doutrina de CIMIC que alcance todos os níveis hierárquicos. As TTP utilizadas nas operações de paz serviram de subsídios para as Op GLO no Brasil, melhorando as técnicas empregadas internamente. Além disso, foi possível perceber a importância das missões de paz como meio de projeção de poder perante a comunidade internacional ao demonstrar o nível de preparo dos recursos humanos brasileiros.

Adicionalmente, observa-se que o emprego da Força Terrestre nas operações de paz, além de contribuir para a promoção da paz e segurança internacionais, projeta o país no cenário mundial. Ainda, o desempenho da tropa nas missões evidencia o profissionalismo e a capacidade do militar brasileiro e da Força, servindo como meio dissuasório.

Por fim, a atuação do EB em missões de paz, ao mobilizar todos os aspectos do DOAMEPI [1], proporciona a multiplicação do poder de combate em prol das capacidades necessárias à defesa da Pátria.

### REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. E. A. T. (2018). **As principais contribuições das Forças de Paz do Brasil no Haiti para a Evolução do Exército Brasileiro e Aumento da Projeção Internacional Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- BRASIL. **Escritório de Projetos do Exército Brasileiro**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/guarani>. Acesso em: 1º jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 2. ed, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.223: Operações**. 5.ed, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.242: Operação de Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD34-M-02: Manual de Operações de Paz**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Portaria do Comandante do Exército nº 001-Reservada, de 27 de fevereiro de 2012. **Proforça**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Resumo do escopo. **Escritório de Projetos do Exército Brasileiro**. Disponível em <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/guarani/escopoguarani>. Acesso em: 1º jun. 2020.

CCOPAB. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. **Criação do Centro**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab/criacao-do-centro>. Acesso em: 1º jun. 2020.

DEFESANET. **Projeto Guarani – Dez Anos**. Defesanet, 2015. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/20565/Projeto-Guarani-%E2%80%93-Dez-Anos-/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

DEFESANET. **O Projeto Guarani e suas contribuições para o Processo de Transformação do Exército**. Defesanet, 2015. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/19668/O-Projeto-Guarani-e-suas-contribuicoes-para-o-Processo-de-Transformacao-do-Exercito/>>. Acesso em: 01 de jun. de 2020.

GARCIA, Emerson. **As Forças Armadas e a Garantia da Lei e da Ordem**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n.13 – jan./jun. 2009.

HAMANN, Eduarda. **A Força de Uma Trajetória**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015.

JUNIOR, A. J. C. (2019). **As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em Perspectiva Comparada com o Uso da Força nas Operações de Paz – Reflexos do Emprego da Força na MINUSTAH para a Atuação do Exército Brasileiro em GLO Pós Haiti**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

MENDONÇA, Marcos Venício. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 – 2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Edição Especial. Coletânea de artigos. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, out. 2017.

MERGULHÃO, G. S. **As contribuições estratégicas, para o Brasil, do emprego do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti**. Rio de Janeiro, 2018.

MIRANDA, André Luís Novaes. **A pacificação de Bel Air. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 – 2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Edição Especial. Coletânea de artigos. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM)**. Integrated Training Service, Division of Policy, Evaluation and Training, Department of Peacekeeping Operations & Department of Field Support. 2014.

PEIXOTO, Ricardo Augusto Amaral. **Planejamento e Características do Emprego de Blindados na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah)**. Military Review. jul – ago, 2009: p.p. 54-64.

PERI. Enzo Martins. **O Exército Brasileiro e seu processo de transformação**. Editora Justiça & Cidadania, 2013. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/o-exercito-brasileiro-e-seu-processo-de-transformacao/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

SILVA, Luiz Guilherme de Oliveira e. **As contribuições da atuação de tropas internacionais em combates urbanos contemporâneos para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira em combates urbanos, em situação de guerra**. Coleção História Militar. UNISUL. Santa Catarina, 2020.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. **O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH**. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, p.p. 25-35, 2017.

VALDETARO, J. M. D. L. **O Apoio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) em Combate: uma proposta**. Trabalho apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2017.

## NOTA

[1] DOAMEPI é o acrônimo formado pelo conjunto de sete fatores (doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura) relacionados à geração de força por meio do planejamento baseado em capacidades, que é a nova sistemática organizacional adotada pelos principais exércitos ocidentais.

